Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Curso de Atualização Profissional em Práticas de Convivência nos Territórios

Plano de Curso

Abril de 2024

EQUIPE

Coordenação:
Ariadna Patricia Estevez Alvarez
(EPSJV/FIOCRUZ)

Marilda Maria da Silva Moreira
(EPSJV/FIOCRUZ)

Corpo Docente:
Ariadna Patrícia Alvarez
Dênis Petuco
Grácia Gondim
Grasiele Nespoli
João Vinícius Dias
Leonardo Pinho
Marilda Silva Moreira
Mauren Carvalho

Docente Intermitente (DI):
Previsão de contratação de 1 docente, 20h, com mestrado, por meio de edital

Secretariado:
Luciana da Costa Carvalho
(EPSJV/FIOCRUZ)

1. Apresentação e Justificativa

O **Curso de Atualização Profissional em Práticas de Convivência nos Territórios** (CAPT) em sua primeira edição (realizada em 2022) foi parte do projeto *"PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL E DO CUIDADO PARA A PESSOA IDOSA ATRAVÉS DE ESTRATÉGIAS FORMATIVAS NO CONTEXTO PÓS-PANDÊMICO"* subsidiado pela Emenda Parlamentar 26160001 Glauber Braga através da Fiotec. As ações deste projeto compuseram um conjunto de medidas para promover a saúde e a proteção aos direitos da população, tanto no contexto do processo de envelhecimento populacional e crescente necessidades por cuidados, quanto no contexto de pandemia de Covid-19 e pós-pandemia em que ações de promoção de saúde mental para a população, como as práticas e grupos de convivência usando arte, cultura e economia solidária ligados à atenção psicossocial se tornaram mais necessários, diante do prolongado isolamento social.

O CAPT nasceu também como um desdobramento do projeto *"Centro de Convivência Virtual: promoção da saúde e redes de afeto em tempos de pandemia"* fomentado pelo Edital de Respostas rápidas para a Covid-19 / Inova-Fiocruz, dentro da linha de prevenção e redução do contágio. O projeto cujo objetivo é reduzir os danos do isolamento social imposto pela pandemia e promover saúde através do fortalecimento das redes de afeto, teve 3 eixos de estruturação:

1) Intervenção Agenda ConViver - Programação semanal virtual composta por 28 atividades artístico-culturais e PICS conduzidas por oficineiros e aberta aos conviventes e público em geral;

2) Pesquisa - Estudo Avaliativo do Centro de Convivência Virtual: Promoção da Saúde e Redes de Afeto em Tempos de Pandemia;

3) Cenário de práticas para profissionais de saúde em formação – Participação de estudantes dos cursos de medicina UFRJ; psicologia UFRJ e Famath; terapia ocupacional e fisioterapia do IFRJ na Agenda ConViver.

Nos resultados do estudo avaliativo, identificou-se a necessidade de formação para os profissionais que atuam nos Centros de Convivência e Cultura (CECOs) do Estado do Rio de Janeiro, que são dispositivos intersetoriais integrantes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde, onde são oferecidos espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cidade. Ao longo dos grupos focais da pesquisa, foi relatada a inexistência de uma

formação que discutisse a especificidade das políticas da convivência, e que reunisse em um só curso os debates mais recentes no que se refere as estratégias de promoção da saúde, despatologização e desmedicalização da vida associadas às práticas de arte, cultura, economia solidária realizadas no âmbito do SUS.

Além disso, como fruto de uma articulação entre o Fórum dos Centros de Convivência do Estado do Rio de Janeiro e a Frente Parlamentar em defesa da saúde mental e luta antimanicomial, foi aprovada em 14 de junho de 2021 a lei 9323 que institui a Política Estadual dos Centros de Convivência[1] da RAPS. Nesta lei, no 2ºartigo, inciso IV temos que a educação permanente em saúde é uma das atribuições desta política *"IV– desenvolver estratégias de educação permanente para seus trabalhadores e participantes visando a inclusão social através do trabalho, arte, cultura e lazer".*

Uma outra razão que justificou a criação e realização do curso foi o fato das equipes dos Centros de Convivência serem compostas majoritariamente por trabalhadores com ensino médio, que é o público-alvo da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Os oficineiros são trabalhadores marginalizados das políticas públicas que não têm sua ocupação regularmente reconhecida. São trabalhadores artesãos, artistas, músicos, pessoas que vivem na comunidade e atuam nos CECOs desenvolvendo suas práticas sem contar com um espaço de formação, troca e reflexão sobre este fazer associado ao campo da saúde coletiva e da atenção psicossocial. Neste sentido, o curso visa criar este espaço de interlocução entre diferentes modos de se produzir arte, cultura e economia solidária nos territórios do Estado do Rio de Janeiro, construindo um diálogo entre os conhecimentos do campo da saúde e os saberes populares.

Portanto, o laboratório de educação profissional em saúde ao criar o ***Curso de Atualização Profissional em Práticas de Convivência nos Territórios*** em uma aliança entre pesquisa e ensino, entende que o trabalho é um princípio educativo e que também nos cabe contribuir com as políticas públicas de saúde e educação pautadas em uma ética do cuidado em liberdade.

2. Público e abrangência

A formação será destinada prioritariamente a trabalhadores do SUS com Ensino Médio, que atuem na atenção psicossocial e/ou na atenção básica do Estado do Rio de Janeiro, e que tenham interesse em criar e/ou fortalecer práticas de convivência nos territórios por meio da arte, cultura e economia solidária. Dado o caráter intersetorial dos Centros de Convivência, poderão se inscrever trabalhadores da assistência social, educação, cultura, economia solidária, esporte, lazer e/ou atores sociais em saúde, participantes de movimentos sociais antimanicomiais.

É necessário que os inscritos residam no Estado do Rio de Janeiro, disponham de acesso à internet e saibam fazer uso das tecnologias da informação e comunicação.

3. Requisitos de acesso e processo seletivo

O requisito de acesso ao curso é ter o ensino médio completo. O processo seletivo será divulgado através de uma chamada pública de abertura de inscrição (Edital) e ocorrerá em duas etapas. A primeira de apresentação de currículo com carta de intenção explicitando as motivações para realizar o curso e as condições de realizá-lo. Após avaliação das cartas e currículos, os candidatos classificados serão chamados para a segunda etapa que será uma entrevista.

4. Objetivos

Objetivo Geral: Qualificar trabalhadores do SUS e de outras políticas públicas para realização de práticas de convivência nos territórios com arte, cultura e economia solidária.

- **Objetivos Específicos:**
- Potencializar a **política da convivência** no Estado do Rio de Janeiro, diante da aprovação da lei 9323/2021 que institui a política estadual dos Centros de Convivência.
- Ampliar a capacidade criativa das **equipes** do SUS e redes intersetoriais, principalmente as dos Centros de Convivência e Cultura através do diálogo e conversações integrando

instituições de ensino-pesquisa, serviços de saúde e comunidades locais no Estado do Rio de Janeiro.

- Favorecer a elaboração de **práticas de convivência** nos territórios com arte, cultura e economia solidária.
- Fortalecer vínculos e redes afetivas entre os educandos de diversos territórios por meio **das oficinas de arte, cultura e economia solidária.**

5. Fundamentação Teórica e Princípios Pedagógicos

"Os centros de convivência não transformarão o mundo, mas o mundo só será transformado por projetos deste tipo" Paulo Freire

O processo conhecido pela consigna "por uma sociedade sem manicômios" trouxe uma série de transformações para além dos modelos de atenção, são transformações éticas, políticas e sociais nos modos de cuidar em saúde mental legitimadas também pela lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB)- 10.216 que completou 20 anos em 2021 em plena pandemia que produz efeitos na saúde mental da população.

Lima (2020) aponta para o fato de que em situações de epidemia, o número de pessoas psicologicamente afetadas costuma ser maior que o de pessoas acometidas pela infecção. Há estimativas de que um terço a metade da população possa apresentar consequências psicológicas e psiquiátricas se não receberem cuidados (CEPEDES 2020; ORNELL et al., 2020).

No que concerne às políticas públicas de saúde e o lugar que os CECOs têm ocupado ao longo da história da RPB, afirmamos que há um trânsito deste lugar entre a marginalidade, a inclusão e a exclusão das fronteiras do que é instituído e do que é instituinte. Segundo Baremblitt (1992) o instituinte aparece como um processo, enquanto o instituído emerge como um resultado. O instituinte transmite uma característica dinâmica, já o instituído transmite uma característica estabilizada.

No que diz respeito às formas instituídas da legislação que configura o dispositivo em questão, a Portaria nº 396 de 07 de julho de 2005, que estabelecia diretrizes para os CECOs, é mencionada pelo Ministério da Saúde no relatório "Saúde Mental em Dados 11". No entanto, no mesmo ano de 2005, a Portaria foi revogada e não houve a criação de nova norma federal para

seu funcionamento, financiamento ou implantação, o que fragiliza a sustentação dos CECOs.Com a Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), os CECOs estão previstos na atenção básica. No inciso III dessa Portaria, temos que o Centro de Convivência é unidade pública, articulada às Redes de Atenção à Saúde, em especial à RAPS, onde são oferecidos à população em geral espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cultura e na cidade. O 4º parágrafo desta Portaria diz que os Centros de Convivência são estratégicos para a inclusão social das pessoas com transtornos mentais e pessoas que fazem uso de crack, álcool e outras drogas, por meio da construção de espaços de convívio e sustentação das diferenças na comunidade e em variados espaços da cidade. Já na portaria nº 3588 de 21 de dezembro de 2017, a da 'RAPS do retrocesso', é proposto o retorno dos hospitais psiquiátricos especializados, e os CECOs ficam de fora do texto oficial da política de saúde mental do país.

Ferigato et al (2016) definem CECOS como dispositivos multifacetados, ou como "(...) um movimento, um sistema tão flexível e aberto que dribla qualquer definição rígida de 'saúde', de 'cultura' ou de 'serviço". São dispositivos estratégicos, portanto, pois ativam experiências que extrapolam as fronteiras sanitárias, na promoção de práticas intersetoriais e na criação de encontros no território, por meio da produção de cuidado a partir da convivência.

As concepções do que é convivência são múltiplas, assim como os modos de se fazer Centros de Convivência também são, cada CECO é um CECO e costuma corresponder a lógica do seu território. No contexto do trabalho dos CECOs no Rio de Janeiro, compreendemos convivência como uma atividade de produzir comum (ALVAREZ et al, 2020). O comum baseia-se na comunicação entre singularidades que se manifesta através dos processos sociais colaborativos de produção. O comum não está dado, mas ele é produzido e tende a deslocar as dicotomias entre indivíduo e sociedade, subjetivo e objetivo, são as 'diferenças em comunicação' que permitem o comum ser produzido e o agir em conjunto. (NEGRI &HARDT,2016)

Considera-se que a produção do comum por meio das práticas de convivência com arte, cultura, e economia solidária podem promover saúde ao se estabelecer relações de cuidado pautadas nos princípios educativos da autonomia e emancipação (FREIRE, 2017).

Sobre o conceito de saúde, aliamo-nos com Canguilhem (2007) ao compreendê-la como capacidade de criar novos ordenamentos diante das variabilidades da vida. O filósofo vitalista ao investigar o vivente e seu meio nos fornece uma concepção de saúde em que ela não é o oposto de doença. A vida é variação, não é um movimento retilíneo uniforme em que podemos prever

o que acontecerá. Diante das adversidades, dos inesperados e das surpresas da vida somos convocados a criar novas normas para seguir vivendo nas situações novas. Ser sadio não significa ausência de adoecimento, mas significa adoecer e poder se recuperar. É na capacidade de recuperação, de renormatização, que nós, viventes, podemos expressar a saúde na relação com o meio. O momento de "desconfinamento" da pandemia exige seguir com os protocolos de segurança para a covid-19 e nos convida a colocar a convivência no centro do debate, assim como as reflexões das práticas de saúde dos CECOs. Portanto, é no coletivo e ampliando as redes de interdependência por meio do diálogo que podemos promover saúde com participação social nos territórios, entendidos como espaço do acontecer, é onde a vida acontece, território composto pelo fato e sentimento, de pertencer àquilo que nos pertence, base para o trabalho, para o morar, para as trocas materiais e espirituais da vida sobre os quais ele influi e sob as quais se forma (SANTOS, 2005).

6. ESTRUTURA CURRICULAR

- **MÓDULO 1 – CONCEITOS BÁSICOS DAS POLÍTICAS DA CONVIVÊNCIA:**

  OBJETIVO:

  Compartilhar com os educandos o conhecimento dos conceitos básicos que fundamentam as políticas da convivência, tais como: os movimentos antimanicomiais, desmedicalização/despatologização, rede, intersetorialidade, os centros de convivência na RAPS, território, diversidade, redução de danos e educação popular em saúde; ética, cuidado e convívio.

  CARGA HORÁRIA:

  - Versão 2022: 24 horas de aulas online síncronas;
  - **Versão 2024: 28 horas de aulas presenciais.**

- **MÓDULO 2 – ESTRATÉGIAS PARA A CONVIVÊNCIA**

  OBJETIVO:

  Compartilhar com os educandos o conhecimento das principais estratégias para a convivência, as que têm sido mais difundidas nos equipamentos de saúde, e que balizam o trabalho afetivo antimanicomial nos CECOs, tais como: atividades de arte, cultura,

economia solidária, práticas integrativas e complementares em saúde; trabalho de campo.

CARGA HORÁRIA:

- Versão 2021: 24 horas (06 horas síncronas / 18 assíncronas acompanhadas por tutores)**;**
- **Versão 2024: 56 horas** (24 horas aulas presenciais; 32 horas de atividades de campo, visita técnica e oficinas de arte e cultura).

- **MÓDULO 3 - SEMINÁRIO FINAL – AVALIAÇÃO DO CURSO**

OBJETIVO:

Favorecer a integração entre os conhecimentos construídos no processo educativo e a experiência das atividades de dispersão que resultará na confecção de um plano de ação de prática de convivência no território.

CARGA HORÁRIA:

- Versão 2021: 12 horas (8 horas de encontros presenciais de acordo com as condições sanitárias / 4 horas elaboração do plano de ação);
- **Versão 2024: 28 horas** (organização, elaboração e planejamento do plano de ação; seminário final, partilhas e avaliação do curso).

CARGA HORÁRIA TOTAL:

- Versão 2021: 60 horas
- **Versão 2024: 112 horas**

Estratégias e recursos pedagógicos

O currículo do CAPT 2024 foi organizado em 28 encontros presenciais e conta com duas principais estratégias pedagógicas: aulas teórico-práticas, trabalho de campo nos territórios, oficinas de arte e cultura, rodas de partilhas.

As atividades de trabalho de campo nos territórios serão prioritariamente acompanhadas pelo(a) docente intermitente. Ao corpo discente serão oferecidas 30 vagas, distribuídas para as

9 regiões de saúde do Estado, privilegiando as regiões onde já exista uma articulação e gestão favorável à implantação de CECOs.

Como material bibliográfico para o Curso, utilizaremos textos selecionados do livro "Centro de Convivência: arte, cultura e trabalho potencializando a Vida", organizado pelo Núcleo de Saúde do CRP- RJ, entre outros artigos, e materiais de apoio.

7. Grade Curricular do Curso 2024

Cronograma de Aulas – Total 112h

Aula	Dia	Turno	Tema	Docentes	E-mail
01	03/09	8:00 – 12:00	Abertura e Aula Inaugural	Coordenadoras e DI	
02		13:00 – 17:00	Luta antimanicomial; desmedicalização e despatologização.	Cris Lopes, Coordenadoras e DI	
03	10/09	8:00 – 12:00	Rede/intersetorialidade; CECOs na RAPS	Ariadna Patricia Alvarez e DI	
04		13:00 – 17:00	Território, promoção da saúde, Atenção Básica e CECOs.	Thiago Melicio e DI	
05	17/09	8:00 – 12:00	Trabalho de campo nos territórios: observação, reconhecimento de possibilidades e desafios	Coordenadoras e DI	
06		13:00 – 17:00	Trabalho de campo nos territórios: observação, reconhecimento de possibilidades e desafios	Coordenadoras e DI	
07	24/09	8:00 – 12:00	Partilhas do trabalho de campo	Coordenadoras e DI	
08		13:00 – 17:00	Educação Popular em Saúde	Grasiele Nespoli, João Vinícius e DI	
09	01/10	8:00 – 12:00	Oficina Arte e Cultura na desinstitucionalização da loucura: Oficina com teatro do oprimido	Geo Britto, coordenadoras e DI	
10		13:00 – 17:00	Redução de Danos e uso de substâncias: questões para a convivência	Dênis Petuco e DI	
11	08/10	8:00 – 12:00	Trabalho e Economia Solidária em prol da autonomia	Leonardo Pinho e DI	
12		13:00 – 17:00	Trabalho e Economia Solidária em prol da autonomia	Leonardo Pinho e DI	
13	15/10	8:00 – 12:00	Trabalho de campo nos territórios: articulação com conteúdos teórico práticos	Coordenadoras e DI	
14		13:00 – 17:00	Trabalho de campo nos territórios: articulação com conteúdos teórico práticos	Coordenadoras e DI	
15	22/10	8:00 – 12:00	Partilhas do trabalho de campo	Coordenadoras e DI	
16		13:00 – 17:00	PICs como práticas de cuidado e convivência	Mauren Lopes, Marilda Moreira e DI	

Aula	Dia	Turno	Tema	Docentes	E-mail
17	29/10	8:00 – 12:00	Arte e Cultura na desinstitucionalização da loucura: Oficina	Coordenadoras e DI	
18		13:00 – 17:00	Ética, Cuidado e Convívio	Marilda Moreira e DI	
19	05/11	8:00 – 12:00	Arte e Cultura na desinstitucionalização da loucura: visita ao Museu Bispo do Rosário	Coordenadoras e DI	
20		13:00 – 17:00	Arte e Cultura na desinstitucionalização da loucura: visita ao Museu Bispo do Rosário	Coordenadoras e DI	
21	12/11	8:00 – 12:00	Partilha da visita ao Museu Bispo do Rosário	Coordenadoras e DI	
22		13:00 – 17:00	Organização e planejamento do trabalho final	Coordenadoras e DI	
23	19/11	8:00 – 12:00	Trabalho de campo nos territórios: intervenções afetivas e criativas voltadas ao plano de ação de PCT	Coordenadoras e DI	
24		13:00 – 17:00	Trabalho de campo nos territórios: intervenções afetivas e criativas voltadas ao plano de ação de PCT	Coordenadoras e DI	
25	26/11	8:00 – 12:00	seminário final	Coordenadoras e DI	
26		13:00 – 17:00	seminário final	Coordenadoras e DI	
27	03/12	8:00 – 12:00	Avaliação do curso	Coordenadoras e DI	
28		13:00 – 17:00	Roda dos afetos e partilha dos planos de ação de práticas de convivência nos territórios (PCT).	Coordenadoras e DI	

8. Perfil de conclusão

Espera-se que os educandos tenham se apropriado dos principais conceitos e estratégias de convivência, integrando-os às suas práticas, e estando aptos a atuarem em diferentes dispositivos da saúde pública na atenção psicossocial e na atenção básica. Espera-se que possam colaborar para a implementação da Política Estadual de Centros de Convivência da Rede de Atenção Psicossocial do Estado do Rio de Janeiro, em consonância com os princípios do SUS e da luta antimanicomial.

9. Sistema de avaliação

O processo avaliativo compreende a participação durante as aulas, frequência, e apresentação do projeto de prática de convivência no território no seminário final do Curso.

10. Certificação

Será conferido certificado aos alunos que obtiverem média final igual ou maior que 6,0 (seis), e que alcançarem um mínimo de 75% de frequência nas horas totais do curso.

11. Corpo docente

- Coordenação do Curso;
- Professores convidados da Fiocruz;
- Autoras e autores dos artigos do livro "Centro de Convivência: arte, cultura e trabalho potencializando a Vida." CRP- RJ e parceiros;
- O/A docente intermitente a ser contratado(a) comporá a equipe do curso e atuará nas atividades de campo e no acompanhamento da formulação/implementação dos planos de ação para as práticas de convivência nos territórios, assim como participará das aulas teóricas.

12. Referências Bibliográficas para CAPT

- ALVAREZ, A.P.E.; ALMEIDA, N.M.C; FIGUEIREDO, A.P. (2020). Por uma política da convivência: movimentos instituintes na Reforma Psiquiátrica Brasileira. Saúde Debate. Rio de Janeiro, 44(127), 1300-1311, Out - Dez.

- ALVAREZ, A.P.E.; ALMEIDA, N.M.C; FIGUEIREDO, A.P Guia Dá pra Fazer! Economia Solidária e Saúde Mental https://itcp.ifrj.edu.br/guiadaprafazer/

- AMARANTE, P. & TORRE, E. H. G. (2017). Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil. Interface, Botucatu, v. 21, n. 63, out./dez. 2017.

- BAREMBLITT FG. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1992.

- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2001). Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasilia, DF, 09 de Abril de 2001.

- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2011). Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasilia , DF, 30 de Dezembro de 2011.

- BRASIL. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC-SUS. Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Básica. Brasília, 2006. 92p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.

- FERIGATO SH, Carvalho SR, Teixeira RR. Os Centros de Convivência: dispositivos híbridos para a produção de redes que extrapolam as fronteiras sanitárias. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental [internet]. 2016 [acesso em 2020 Fev 20]; 8(20): 80-103.

- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

- HARDT, M.; NEGRI, A. *Bem-estar comum.* Rio de Janeiro: Record, 2016.

- LANCETTI, A. & AMARANTE, P. (2006). Saúde mental e saúde coletiva. In: Campos, G. W. de S.; Minayo, M. C. de S.; Akerman, M.; Drumond Junior, M. & Carvalho, Y. M (Orgs.). Tratado de saúde coletiva. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 615-634.

- LEI N. 9323, 14 DE JUNHO DE 2021 (2021). Dispõe sobre a criação da política estadual dos Centros de Convivência do Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

- KRENAK, Ailton. (2019) Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras.

- MALVEZZI, C. D., & NASCIMENTO, J. L. (2020). A Teoria Ator-Rede e o estudo da intersetorialidade nas políticas públicas. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online], 24.
-MELICIO, Thiago B. L.; ALVAREZ, Ariadna P. E. (Org.). Centros de Convivência: arte, cultura e trabalho potencializando a vida. 1ª ed. Rio de Janeiro: CRP-RJ, 2021. Disponível em: www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2021/12/centros_convivencia.pdf

- NESPOLI, Grasiele, PARO, César Augusto; LIMA, Luanda de Oliveira; SILVA, Cassiana Rodrigues Alves. Por uma pedagogia do cuidado: reflexões e apontamentos com base na Educação Popular em Saúde. Interface, Botucatu, SP, n. 24, 2020.

- PASSOS, E. H., & SOUZA, T. P. (2011). Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de" guerra às drogas". Psicologia & Sociedade, 23(1), 154-162.

- RAUTER, C. (2015). Clínica Transdisciplinar: Afirmação da multiplicidade em Deleuze /Spinoza. Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência - 1 quadrimestre de 2015- 8 – (1) - pp. 45-56.
- ROTELLI, F. (2000) Empresa social: construindo sujeitos e direitos. In: Amarante, P., (Org.) Ensaios: Subjetividade, saúde mental, sociedade (pp. 301-306). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

- SANTOS, M. O retorno do território. In: OBSERVATÓRIO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA, ano VI, n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 251-261.

- SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

- SOALHEIRO, N.; GONDIM, G. Território, saúde mental e atenção básica. In: Saúde Mental para atenção básica. SOALHEIRO, N. (org) Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017.

- TEIXEIRA, R. R. (2015). As dimensões da produção do comum e a saúde - Saúde Soc., v.24, 27-43.

- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES EM SAÚDE; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Saúde mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19: Recomendações gerais*. Brasília, 2020 ORNELL, F. et al. “Pandemic fear” and COVID-19: mental health burden and strategies.*Braz. J. Psychiatry*, São Paulo, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44620200005008201&lng=en&nrm=iso>.